

COMCULT

Conselho Municipal de Política Cultural de Guaratinguetá Gestão 2026/2027

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE GUARATINGUETÁ – COMCULT

Aos **vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis**, às dezenove horas, em segunda chamada, no Auditório da Secretaria da Cultura, situado no Município de Guaratinguetá/SP, realizou-se a Assembleia Geral Extraordinária (AGE) do Conselho Municipal de Política Cultural de Guaratinguetá – COMCULT, regularmente convocada nos termos da Lei Municipal nº 4.874/2018, do Regimento Interno do COMCULT (artigos 4º e 20) e da Lei Federal nº 14.835/2024 (Sistema Nacional de Cultura). Presentes os Membros do COMCULT: Gustavo Henrique Moreno Barbosa, José Benedito Fernandes dos Reis, Eliana Pereira Maciel, Roternan Xavier, Adriano Francisco Zappa, Ananda Antunes dos Santos, João Pedro da Costa, Lindalva Galvão, Luciana Cristina dos Santos e Santos, Maria Aparecida Machado Santos, Maria da Glória Carvalho Silva Estevam Guimarães, Marisa Sasso Papa, Robson Batista dos Santos Hasmann, Rosângela de Oliveira Santos Canuto Teixeira, Tiago Augusto Moki Vieira, Tiago Xavier da Silva, Thaís Aparecida Castro Silva, Thaís Costa Frois, Thales Vargas Gayean, Walter César Addeo, com ausência justificada de Érica de Barros Lucas, Carlos Eduardo da Costa Santos. Presentes os seguintes Ouvintes/Convidados: Antonio Jorge Abdalla, Lucelena Amann, Matteo Gama, Inês Moraes, Luciana Brandão, José Luiz, Susan Hainz, Felipe Henrique Soares, Heloiseana Ap. Ferreira, Karin A. da Silva, Wagner da Silva Henrique, Distéfano Bastos, Léia Viana e mais uma pessoa cuja assinatura na Lista de Presença não permitiu a identificação. A sessão foi realizada de forma presencial, aberta ao público, com gravação integral do áudio, nos termos do artigo 2º, § 3º, do Regimento Interno. Os trabalhos foram abertos pelo Presidente do COMCULT, Dr. Gustavo Henrique Moreno Barbosa, que saudou os presentes e procedeu à verificação de quórum, sendo constatada a presença regimental necessária para instalação da Assembleia em **segunda chamada**. Antes de iniciar o Expediente, o Presidente justificou sua ausência na última AGO, por falecimento de pessoa próxima, sua consequente decisão de fazer adequações à Pauta e a convocação para a presente AGE a fim de tratar dos assuntos que não foram abordados. Iniciando o Expediente, o Presidente leu a ata da AGO do mês de maio de 2026, que foi APROVADA. Em seguida, o Presidente passou a tratar do item da Pauta: Resposta ao Ofício n. 10/2026 – Lei Patrimônio Material e Imaterial. Relatou que houve resposta da Câmara Municipal, mas que a Prefeitura Municipal ainda não havia respondido. Ouvido o Conselheiro Thales Gayean, proponente dos Ofícios, DELIBEROU-SE por aguardar a resposta da Prefeitura Municipal para, então, tratar de novas ações a respeito. Na sequência, o Presidente, dando início à Ordem do Dia, abordou o item “Esclarecimentos sobre a suspensão dos editais da PNAB”. Disse o Presidente que houve muitos questionamentos sobre a suspensão do processo da PNAB, que esse tema constava da Pauta da última AGO, mas que, devido à reestruturação da Pauta, não foi abordado. Informou que solicitou a presença do Secretário Municipal de Cultura, Tiago Xavier da Silva, para prestar esclarecimentos a respeito do assunto. Disse que, assim que a Secretaria Municipal de Cultura (SMC) comunicou a



“suspensão” do processo da PNAB (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), soube que alguns Conselheiros foram conversar com o Secretário e que ele próprio também conversou com o Secretário sobre o tema. Mencionou a questão dos Processos das edições anteriores da PNAB que estão irregulares, sem a devida prestação de contas. Salientou que o COMCULT sempre respeitará e apoiará o cumprimento das leis e dos editais. Relatou que o Secretário lhe explicou que a suspensão ocorreu para evitar problemas com a empresa vencedora da licitação, e que o Secretário estava presente para aprofundar o assunto e dirimir dúvidas. Disse que, como cidadão de Guaratinguetá, Conselheiro do COMCULT e beneficiário da PNAB como Presidente de Escola de Samba, entende que a suspensão foi a atitude mais correta a se tomar, pois possibilitou a verificação da idoneidade da empresa vencedora. Pediu atenção aos esclarecimentos do Secretário e passou a palavra a ele. O Secretário saudou a todos e agradeceu a oportunidade de conversar com os artistas da cidade. Sobre a PNAB, pontuou que entende os questionamentos e que é preocupação da SMC oferecer suporte necessário à sua execução a todos os Proponentes. Mencionou o atraso da PNAB de 2025 – cujos recursos foram liberados em fevereiro de 2026 – e a inexistência de informações sobre a PNAB de 2026. Relatou que há debates complexos entre gestores e Secretários Municipais sobre os recursos da PNAB, mas que, no momento, há o recurso de 2025 a ser distribuído em 2026. Continuou o Secretário, relatando que, a partir da chegada do recurso, tiveram a opção de fazer a tramitação com os pareceristas e publicar o edital, mas, dada a urgência, optaram pelo “preguinho”, que é a categoria mais prática e rápida de fazer contratação. Assim, segundo ele, os editais foram liberados e a SMC deu início ao trabalho de contratação da empresa que forneceria os pareceristas. O Secretário explicou que esse cuidado foi motivado pelo seguinte fato: em julho de 2025, ele recebeu um requerimento da Câmara Municipal de Guaratinguetá solicitando informações de todas as ações do Município em todas edições da PNAB e da Lei Paulo Gustavo. De acordo com o Secretário, no requerimento foram solicitados nomes dos Proponentes que foram contemplados, os Projetos inscritos por eles, se foram executados, e qual o valor recebido. A necessidade de levantar esses dados ocupou bastante a SMC e trouxe a questão se caberia essa investigação nesse momento, já que entende não ser da sua responsabilidade prestar contas das gestões anteriores: as ações da PNAB se iniciaram em 2020. No entanto, continuou o Secretário, o levantamento desses dados permitiu identificar 12 (doze) processos de Proponentes que não realizaram o Projeto ou não prestaram contas de sua execução. Os nomes desses Proponentes, afirmou o Secretário, por questões éticas e legais, são de conhecimento somente dos funcionários da SMC. Relatou ele que os valores dos processos sem prestação de contas somam mais de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), e que essas informações estão sendo encaminhadas para a Câmara Municipal. Retomando o assunto principal, o Secretário disse que iniciaram o processo pra fazer o “preguinho” e 11 (onze) empresas se inscreveram, se prontificando a enviar os detalhes da licitação para o COMCULT, se solicitado por Ofício. O Secretário explicou que o recurso da PNAB é destinado proporcionalmente à população do município. Em Guaratinguetá, gira em torno de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), e que existe uma porção destinada exclusivamente para fazer a contratação das empresas que vão operacionalizar a PNAB, o que, no caso de Guaratinguetá, corresponde a um valor entre R\$

41.000,00 (quarenta e um mil reais) e R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). O Secretário relatou que esse recurso foi provisionado integralmente para a contratação da empresa, com o intuito de conferir maior qualidade para a operação, havendo, inclusive, no edital, a previsão da necessidade de apresentação dos pareceristas, além dos critérios de avaliação dos Projetos. Segundo o Secretário, a primeira empresa contemplada, de Juazeiro, na Bahia, ofertou R\$ 12.000,00 (doze mil reais) para a execução do trabalho. Como o edital prevê a contratação de 12 pareceristas e 03 oficinas, surgiram dúvidas sobre se empresa iria executar serviço de qualidade com o baixo valor e sendo tão distante geograficamente de Guaratinguetá. Nesse momento, o Convidado Sr. Antonio Jorge Abdalla questionou o processo de licitação que, segundo ele, deveria atentar primeiramente para a qualidade, e não para o valor mínimo oferecido à execução do serviço. O Secretário esclareceu que a legislação que rege a licitação de serviços públicos exige que o primeiro item a ser analisado seja o valor ofertado pelo serviço. Esclareceu também que não houve desclassificação da empresa no ato, foi realizada diligência para que a empresa demonstrasse de que forma iria executar cada etapa do serviço, com prazo para resposta, e que a empresa não respondeu. Então, de acordo com o Secretário, passaram para a segunda empresa. Nenhuma empresa, esclareceu ele, foi desclassificada sem que tenham sido solicitadas adequações, de acordo com a legislação e devidamente documentadas. Nesse momento, houve a intervenção de alguns convidados e o Presidente solicitou que aguardassem a conclusão da fala do Secretário para então fazerem seus questionamentos. Um Convidado questionou qual o motivo do comunicado anunciando a “suspensão” do processo, se havia outras empresas disponíveis. O Secretário respondeu que o termo “suspensão” foi utilizado no sentido de “adiamento”, não de “cessação”. Ele garantiu que o processo seguiu o curso normal, citando os motivos pelos quais cada empresa foi desclassificada ou, algumas, tendo desistido do processo e que, portanto, estavam verificando a documentação da 6ª (sexta) empresa. De acordo com o Secretário, esse processo leva tempo e deve ser feito com o máximo de lisura e cuidado, a fim de garantir que o resultado seja fiel à legislação e esteja a contento de todos. Um Convidado perguntou se há prazo para a conclusão dos trabalhos. O Secretário respondeu que estão seguindo os trâmites, e que depende da próxima empresa a ser analisada. Houve perguntas sobre os procedimentos do processo de licitação e o Secretário respondeu a todas, afirmando que os ritos jurídicos precisam ser cumpridos, oferecendo oportunidade para que cada empresa se manifeste. Houve questionamentos também acerca do tempo decorrido entre a chegada dos recursos até este momento. O Secretário esclareceu que tem cumprido os prazos da forma como é possível, sempre tomando cuidado para garantir a qualidade do serviço prestado. Garantiu que os Projetos inscritos pelos Proponentes serão alvo de atenção para adequar as datas e avaliados sem qualquer prejuízo. Houve questionamentos sobre os recursos da PNAB utilizados em anos anteriores que não receberam a devida prestação de contas. O Secretário afirmou que essas informações serão encaminhadas aos órgãos superiores e que, provavelmente, serão motivo de análise para aprovar ou não os Projetos atuais dos mesmos Proponentes. Também afirmou que os Projetos atuais serão analisados pelo impacto cultural que trazem ao Município, para garantir a realização de política cultural séria na Cidade. Afirmou que trabalha com dados, que procura fazer gestão técnica da Cultura e que ficou surpreso com os

dados das gestões anteriores que encontrou. O Secretário afirmou que tudo está correndo a contento: há o recurso, que está aplicado, há Projetos inscritos, empresas interessadas e que tudo está devidamente documentado com legalidade e transparência. Informou também que os Proponentes serão chamados para sanar eventuais falhas que possam se apresentar nos Projetos. Reafirmou que o emprego do termo “suspensão” não foi utilizado para significar “anulação” e, sim, “pausa para acertos”, a fim de selecionar com cuidado as empresas envolvidas. Segundo ele, o propósito é valorizar os Projetos e oferecer transparência em sua análise, o que nunca ocorreu nas edições anteriores da PNAB. Ressaltou, ainda, que comunicou o andamento desse processo ao COMCULT, que preza pelo COMCULT, tendo sido Conselheiro em gestões anteriores. Esclareceu também que, embora tenha informado o COMCULT desses Processos, não disponibilizou a ninguém os nomes dos Proponentes que não realizaram a prestação de contas das edições anteriores da PNAB. Pediu desculpas pelo atraso no andamento do processo e declarou que a intenção era que tudo corresse com a maior brevidade, mas, que, infelizmente, houve desafios a serem superados que demandaram tempo. Na sequência, o Secretário elencou algumas ações a que tem se dedicado em prol da cultura da cidade. Informou que são 137 Projetos inscritos na PNAB deste ano e reforçou que em breve os Proponentes serão notificados para adequações que se fizerem necessárias. Que espera que os Projetos selecionados realmente contribuam para o fortalecimento da cultura da cidade. Em seguida, outras perguntas foram feitas ao Secretário tratando do mesmo tema. O Secretário respondeu a todas utilizando os argumentos já mencionados. Alguns questionamentos giraram em torno do tempo decorrido entre a chegada dos recursos da PNAB e as providências tomadas a partir de então. Outros, mencionaram a necessidade de fomento à cultura do Município por meio de leis específicas, planos e metas. O Secretário acolheu as sugestões e as críticas, procurou esclarecer as questões levantadas. Esclareceu que, desde que ocupa o cargo de Secretário da Cultura, tem procurado aprimorar os processos de distribuição de recursos públicos para a área cultural. Que não se isenta de assumir falhas e que trabalha para realizar ajustes necessários e seguir em frente. Que o maior compromisso da SMC é manter a disponibilidade dos recursos para os artistas de Guaratinguetá e garantir que a sua distribuição seja a mais justa. O Convidado Sr. Antonio Jorge Abdalla observou que, em seu entendimento, esse processo de licitação deveria ser aprimorado para o próximo ano, deveria haver uma modalidade mais justa, realista e prática, para evitar os transtornos ocorridos esse ano. O Secretário respondeu que já está sendo feita avaliação e possível adoção de outra modalidade de processo de licitação. O Secretário pontuou que provavelmente a empresa que está sendo avaliada estará com a documentação correta e que o andamento será rápido e transparente. Alertou ainda que encaminhará ao Conselho um Ofício para o início do processo de regulamentação do Fundo Municipal de Cultura, ação importantíssima para a captação de recursos a partir do próximo ano. Para concluir, disse que entende que é difícil para todos esse atraso, mas que, está garantindo a legalidade do processo e a justa distribuição dos recursos. Reafirmou que nenhum Projeto apresentado será onerado por causa desse atraso e que está tomando todas as providências para que essas falhas não ocorram mais. Houve agradecimentos pela disposição em esclarecer todos os pontos e um Convidado solicitou que o andamento do processo de licitação fosse divulgado nos próximos dias. O Secretário

COMCULT

Conselho Municipal de Política Cultural de Guaratinguetá Gestão 2026/2027

afirmou que tomaria essa providência, dentro da legalidade, a fim de tranquilizar os Proponentes. O Presidente do COMCULT agradeceu a presença do Secretário Municipal de Cultura e, dando prosseguimento à Ordem do Dia, passou a palavra ao Conselheiro Walter Addeo para explanar sobre a expedição de Ofícios referentes ao “Teatro Carlos Gomes”. Após a explanação, foi DELIBERADA a emissão de dois Ofícios: um, para a Promotoria de Justiça, sugerindo alteração na destinação final das verbas indenizatórias pela perda do Teatro, inicialmente indicadas ao Fundo Municipal do Meio Ambiente, para o Fundo Municipal de Cultura, por ser a área diretamente prejudicada; e outro, para a Prefeitura Municipal solicitando esclarecimentos sobre a Secretaria responsável pelo Setor do Patrimônio, especificamente pelo Teatro Carlos Gomes, bem como se há recursos orçamentários destinados à reconstrução do referido Teatro. Na sequência, a Conselheira Ananda Maria e a convidada Léia Viana apresentaram o “Projeto de fomento à economia criativa e promoção à cultura no Parque Ecológico Antero dos Santos”. Após a apresentação, ficou DELIBERADO que as Proponentes realizem adequações do Projeto ao Modelo de Apresentação de Propostas e Projetos do COMCULT e o reapresentem em futura AGO. Em seguida, o Conselheiro Roternan Xavier explanou sobre o Fórum Municipal de Cultura de Guaratinguetá. Disse que todas os debates sobre cultura podem ser discutidos em um Fórum Municipal, ação que não tem sido realizada desde 2023. Ressaltou a importância do diálogo sobre cultura, sobre sua importância e seu fortalecimento na cidade. Sugeriu que o COMCULT organizasse um Grupo de Trabalho (GT) para planejar a realização do Fórum Municipal de Cultura. Exemplificou algumas possibilidades para a ampliação das ações artísticas e culturais da cidade, com parcerias com outras Secretarias. O Convidado Fábio Seletti pediu a palavra para ler e comentar aspectos legais da realização da Conferência Municipal de Cultura. O Conselheiro Adriano Zappa discorreu sobre a necessidade de criar momentos de trocas entre Conselheiros e demais artistas em espaços outros e momentos. O Conselheiro Walter Addeo explanou sobre a diferença entre Fórum de Cultura e Conferência de Cultura. Segundo ele, o nome correto para se utilizar no momento é “Fórum Municipal de Cultura”, pois as Conferência de Cultura fazem parte do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e são iniciadas pelo Ministério da Cultura (MinC), que agenda sua realização nos Estados e que, por sua vez, agendam sua realização pelos Municípios. Continuando a explicação, o Conselheiro Walter Addeo disse que o Regimento do MinC estabelece que as Conferências Nacionais de Cultura devem ocorrer a cada 4 anos e que as etapas municipais e estaduais devem acontecer, pelo menos, um ano antes para que possam eleger seus delegados para a conferência estadual, que elege os delegados para a Conferência Nacional. O Conselheiro Roternan Xavier aclamou a todos para a realização de um Fórum Municipal de Cultura, que poderia, inclusive, ser permanente, acontecendo trimestral ou bimestralmente. O Conselheiro Walter Addeo sugeriu que fosse criado um GT para organizar os Fóruns. Ficou DELIBERADO que o GT seria composto no grupo institucional do *whatsapp*. Na sequência, o Conselheiro Roternan Xavier explicou sua solicitação de expedir Ofício a SMC para esclarecer quais fatores impediram a implementação das capacitações e ações formativas do CULTSP PRO em Guaratinguetá. O Conselheiro explicou a relevância desse Projeto e afirmou que 2024 foi o último ano em que houve adesão do Município ao Projeto e, por isso,



COMCULT

Conselho Municipal de Política Cultural de Guaratinguetá Gestão 2026/2027

entende que o COMCULT deva encaminhar o referido Ofício à SMC. Alguns Conselheiros se manifestaram sobre o assunto: que não houve público suficiente para a realização dos cursos no último ano em que houve programação do CULTSP PRO na Cidade; que nesse Programa, o Estado é dividido em setores, que o setor de Guaratinguetá tem sua sede em São José dos Campos e, portanto, todos os cursos são realizados naquela cidade, o que dificulta o acesso do público do nosso município. A Conselheira Rosângela Canuto disse que se cadastrou no Programa para realizar uma Oficina e não obteve resposta. A Conselheira Thaís Costa afirmou que a maioria dos cursos do Programa são voltados à área de tecnologia, de games, etc... Após os debates, restou DELIBERADA a expedição de Ofício à SMC solicitando informações sobre o CULTSP PRO no Município. Em seguida, o Conselheiro Thales Gayean falou sobre a necessidade de regulamentação da Lei que rege o Fundo Municipal de Cultura (Lei Municipal nº 4.749/2017), que esse assunto já foi abordado em AGO das gestões anteriores e que não houve ações que concluíssem o tema. Solicitou à Mesa a criação de um GT para iniciar ações em prol da regulamentação da referida Lei. Solicitou também que fosse criado GT para ações referentes à criação de Identidade Visual do COMCULT e cobrou a finalização da composição da Comissão para adequações do Regimento Interno. O Conselheiro Walter Addeo fez a seguinte colocação: segundo ele, a criação de duas Comissões simultâneas – adequações ao Regimento e Fundo Municipal de Cultura - para tratar de assuntos complexos não seria viável. Sugeriu que primeiramente fossem concluídos os trabalhos do Regimento para depois se iniciarem os trabalhos referentes ao Fundo Municipal pois, as mesmas pessoas que comporão uma Comissão podem estar na outra. Alguns Conselheiros contra argumentaram, dizendo que há Conselheiros disponíveis para compor as duas Comissões e que ambos os assuntos são importantes e urgentes. O Presidente ressaltou que, para o Fundo Municipal de Cultura, seria melhor a composição de um Grupo de Trabalho, para não ficar restrito ao prazo e ao número de membros dispostos as Comissões no Regimento e que faria a composição do GT no grupo institucional de *whatsapp*. Em seguida, a 1ª Secretária sugeriu que devido ao adiantado da hora, fosse a Assembleia encerrada e que os dois assuntos que ainda restavam para concluir a Pauta fossem abordados na próxima AGO. A sugestão foi aceita por todos. O Secretário de Cultura agradeceu a acolhida e se despediu, afirmando que ele e a SMC estão à disposição para ouvir os Conselheiros e exortou a todos a comparecer e prestigiar os eventos culturais da cidade. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, em especial a do Secretário de Cultura, e declarou encerrada a Assembleia às vinte e uma horas e trinta minutos, determinando a lavratura da presente Ata. Guaratinguetá, 22 de junho de 2026.

Gustavo Henrique Moreno Barbosa

Presidente do COMCULT

